

## Índice

|                                                                     |    |
|---------------------------------------------------------------------|----|
| USW na luta pela eleição de Obama                                   | 01 |
| EUA: Montadoras querem ajuda do governo                             | 02 |
| José Graziano: "Não há verdades absolutas sobre os biocombustíveis" | 03 |
| Diga Não ao Projeto do senador Azeredo                              | 08 |

## INTERNACIONAL

### USW na luta pela eleição de Obama

Trabalhadores Siderúrgicos dos EUA comemoram escolha de Obama

Os trabalhadores siderúrgicos filiados ao **United Steelworkers (USW)** vão realizar comemorações para assistir o discurso de aceitação de Barack Obama de sua candidatura para presidente dos Estados Unidos. Estão previstas a realização de mais de 400 dessas "watch parties" nas casas dos militantes desse que é o maior sindicato daquele país, com mais de 850 mil associados.



Estas festas são uma pequena amostra do grande esforço organizativo e de mobilização que os trabalhadores e os sindicatos estão fazendo pela eleição do candidato e de uma grande bancada democrata no Congresso.

Não são apenas os sindicatos organizados na AFL-CIO, como o USW e o UAW (o sindicato dos trabalhadores automotivos) que participam da mobilização. Os sindicatos ligados ao Change to Win – uma cisão da AFL-CIO, também estão se mobilizando da mesma maneira.

Essa participação dos sindicatos nas campanhas eleitorais nos Estados Unidos é uma tradição na vida política do país. Grande parte da máquina eleitoral do Partido Democrata é fornecida pelos sindicatos, principalmente a sua aguerrida militância que visita cada uma das casas de seus associados e de seus vizinhos.

Mas essa participação nunca foi tão importante quanto agora: os sindicatos querem derrocar as leis que impedem a livre organização sindical no país. Isso é crucial para a indústria automobilística dos Estados Unidos – as "três grandes" montadoras de Detroit enfrentam a concorrência das montadoras japonesas e européias que pagam baixos salários aos seus trabalhadores que não tem sindicato para defende-los.

As montadoras querem que a conta referente a essa crise seja levada para o bolso de todos os contribuintes do país (veja matéria abaixo). Os trabalhadores querem combater as causas do problema- a concorrência desleal das outras montadoras e a falta de benefícios sociais, especialmente de saúde, pagos pelo Estado.

Essa questão é também importante para os outros sindicatos que estão enfrentando a profunda crise que a economia industrial americana enfrenta. As leis "liberais" do país impedem a organização sindical porque dão total força aos patrões para impedirem que os seus trabalhadores formem seus sindicatos. Existem "assessorias" especializadas nessa atividade antisindical que se valem de pressões, ameaças e chantagens para impedir a livre organização dos trabalhadores.

Se os sindicatos de trabalhadores batalham pela eleição de Obama, os patrões se mobilizam para impedir essa eleição, desenvolvendo ações sutis junto a seus funcionários. Poucos vão chegar à desfaçatez do Wal-Mart, a grande rede de supermercados conhecida por sua fobia antisindical. Ela reuniu os seus gerentes e administradores e ordenou a eles que fizessem reuniões com os funcionários de cada loja para adverti-los sobre os "perigos" da eleição de Barak Obama. Esse perigo foi identificado para os altos funcionários como a facilitação da organização de sindicatos na empresa. As atividades de interferência nas eleições do Wal-Mart levaram os sindicatos a fazerem uma denúncia à Comissão Eleitoral dos Estados Unidos.

Os republicanos estão isolados dos trabalhadores – não foi por acaso que eles marcaram a sua convenção na data que os trabalhadores comemoram o seu Dia Nacional do Trabalhador, o equivalente ao nosso Primeiro de Maio. Leo W. Gerard, presidente do USW, disse que esta eleição não é uma luta do branco contra o negro, mas uma luta das cores da bandeira vermelho, azul e branco que os democratas defendem contra as cores "ouro" e "verde" (do dólar) referindo-se a o que defendem os candidatos republicanos.

### **EUA: Montadoras querem ajuda do governo**

A crise de vendas no setor automobilístico dos EUA tem deixado graves seqüelas entre as principais montadoras do país, que além de arcarem com fortes prejuízos nos últimos meses, vêm se revezando no anúncio de medidas visando a redução dos custos.

E como se não bastasse, na última semana uma situação inédita pôde ser vista pelo mercado, quando as três maiores montadoras norte-americanas - General Motors, Ford e Chrysler - se uniram para pressionar o governo por um apoio financeiro imediato, que deve ajudá-las a enfrentar suas dificuldades.

Segundo notícias veiculadas na mídia internacional, as empresas conhecidas como as "Três Grandes de Detroit" querem que as autoridades federais do país forneçam antes das eleições presidenciais nada menos que US\$ 25 bilhões em ajudas para superar a crise do setor.

A quantia estaria incluída em um segundo pacote de estímulo econômico que o governo deve lançar em setembro. Isto porque no final de julho, mais de 70 congressistas norte-americanos assinaram uma carta na qual era solicitada a inclusão do financiamento em garantias de empréstimo para os fabricantes.

#### **Situação preocupante, especialmente a da GM**

Embora esta soma não seja considerada suficiente pelas empresas, conforme especulam alguns veículos de comunicação, o plano de ajuda deve amenizar a precária situação das montadoras, especialmente a da GM, a mais prejudicada pela crise segundo o Citigroup.

O banco lembra que a medida vem de encontro ao objetivo da companhia, que é de aumentar sua liquidez em US\$ 15 bilhões em economias e empréstimos até o final de 2009, incluindo as diversas iniciativas de corte de custos e a venda da marca Hummer.

Contudo, os analistas destacam que entre as três de Detroit, a GM é a que se encontra em situação mais difícil. Para eles, a empresa tem um grande desafio pela frente, a necessidade de se aumentar o caixa em meio ao conturbado momento para os mercados financeiros.

No mesmo sentido, a posição de liquidez da Ford e da Chrysler também preocupa. Assim como a GM, ambas as montadoras tem buscado meios para diminuir os custos e reduzir os prejuízos. (InfoMoney, 27.08.2008)

*Continuando o debate sobre a questão do biocombustível publicamos abaixo a entrevista que José Graziano deu a José Dirceu, publicada no blog do ex-ministro.*

## **"Não há verdades absolutas sobre os biocombustíveis"**

A afirmação, feita em entrevista exclusiva a este blog, é de José Graziano, um dos maiores especialistas do mundo em programas de complementação de renda e combate à fome, hoje a serviço da Organização das Nações Unidas (ONU), depois de ter sido ministro da Segurança Alimentar no primeiro governo Lula.



O representante para a América Latina e Caribe na FAO - a organização da ONU para o desenvolvimento da agricultura e o combate à fome - hoje residindo em Santiago, no Chile, sustenta que os biocombustíveis não afetam nossa segurança alimentar e os riscos de sua produção devem ser avaliados em cada país.

Graziano é um dos principais autores do Programa Fome Zero - cujos desdobramentos resultaram no Bolsa Família, que assiste a 11,5 milhões de famílias brasileiras - lançado pelo Instituto Cidadania em 2001. Hoje, avalia que o projeto Fome Zero conquistou uma sólida base jurídica e, institucionalizado, tornou o combate à fome, uma obrigação do Estado.

Nesta entrevista, Graziano, agrônomo por formação, avalia os principais desafios da segurança alimentar no Brasil, na América Latina e Caribe, ressalta o apoio à agricultura familiar como fundamental para garanti-la na América Latina e comenta a crise internacional da alta do preço dos alimentos. Para combatê-la, avalia que o importante é aliar ações de curto prazo à outras de médio e longo prazos. E conclui: "a solução não é exportar menos. Pelo contrário, a agropecuária é um dos principais motores do crescimento latino-americano. O que falta é uma melhor distribuição de renda."

**[ Zé Dirceu ]** Graziano, quais os principais fatores que explicam a alta das commodities no mercado internacional? Como o ritmo do consumo interfere nesse processo?

**[ José Graziano ]** Diversos fatores contribuem para a alta dos preços dos alimentos. Do lado da oferta, as principais variáveis são quebras de safra causadas por problemas climáticos, níveis baixos de reservas, aumento do preço de gás natural e do petróleo utilizados na produção de insumos agrícolas. Do lado da demanda, os principais fatores são o uso de matérias primas agrícolas para a produção de biocombustíveis e a mudança na própria estrutura do consumo. As razões que explicam a alta dos preços também incluem alguns fatores que estão fora da tradicional análise da oferta e da demanda. A desvalorização do dólar, as medidas de restrição de comércio internacional e a especulação financeira também precisam ser consideradas na hora de tentar entender a alta dos preços, especialmente no período mais recente.

Eu diria que já há uma espécie de consenso de que esses fatores explicam a alta dos preços dos alimentos. Mas o acordo acaba aí, já que há muita controvérsia sobre o peso exato de cada um deles. Diferentes estudos e declarações apontam para pesos diferentes para cada fator que, em muitos casos, estão relacionados.

Por exemplo, por uma decisão política deliberada, os estoques vinham sendo gradualmente reduzidos há vários anos. Além disso, quebras de safra prejudicaram as colheitas de 2005 e 2006 e reduziram a oferta num momento em que a demanda subia por causa de uma mudança estrutural no padrão de consumo de alguns países, o crescimento populacional e a demanda por biocombustíveis. A alta dos preços é resultado de várias relações como essas que descrevi. Existem outras. A alta do preço do petróleo, por exemplo, torna viável a produção de biocombustíveis em muitos países, mas também aumenta o preço do frete e dos insumos agrícolas (os fertilizantes são produzidos a partir de petróleo e gás), o que por sua vez afeta o custo de produção.

**[ Zé Dirceu ]** Muitos avaliam que a crise é decorrente da especulação financeira. Como você avalia isso, na verdade, uma acusação?

**[ José Graziano ]** A especulação financeira é um dos fatores que contribuem para a alta, especialmente a partir do segundo semestre do ano passado. É possível identificar dois períodos distintos que ajudam a explicar melhor a atual alta dos preços dos alimentos.

Em geral, os preços dos alimentos começaram a subir a partir de 2002. Num primeiro momento, que vai de 2002 a meados de 2006, o que puxa a alta é a estreita relação entre a oferta e a demanda. Nos últimos 10 anos, a demanda por cereais tem crescido de forma mais ou menos constante, mas a produção mundial teve quedas acentuadas em 2002 e 2005/2006 causadas por questões climáticas. Entre 2006 e 2008 a produção mundial foi insuficiente para atender à demanda. Produziu-se menos do que se consumiu e foi necessário usar os estoques para suprir a demanda. >>>>>>>>>

Por volta de junho, julho de 2007, estoura a crise subprime do mercado imobiliário norte-americana e isso tem vários impactos no cenário econômico global, com ameaça de recessão nos Estados Unidos e queda da previsão de crescimento no mundo. Para estimular a economia, desde setembro de 2007 o Federal Reserve (o FED, Banco Central dos EUA) vem reduzindo gradualmente os juros, que caíram de 5,25% para 2%. Soma-se a isso a desvalorização do dólar norte-americano frente a muitas outras moedas nacionais.

Portanto, temos um cenário de instabilidade financeira a partir da crise imobiliária norte-americana, uma diminuição no ritmo de crescimento econômico e ameaça de recessão nos EUA, e uma redução gradual de juros do FED para tentar evitar esse problema. Soma-se a isso, estoques de cereais reduzidos que, por si só, já constitui condição suficiente para a especulação dos preços no sentido econômico mais exato da palavra. Quer dizer, a partir do segundo semestre de 2007, a instabilidade financeira também passa a contribuir para a alta dos preços e tem aumentado a sua volatilidade.

[ Zé Dirceu ] Na sua avaliação, quais as principais medidas a serem adotadas para conter a crise? Neste sentido, qual a contribuição do Brasil?



[ José Graziano ] Há muito que se pode fazer no curto, médio e longo prazos. O mais importante é trabalhar para evitar que crises como essa se repitam no futuro. Esse deve ser nosso objetivo maior e, para alcançá-lo, é preciso empurrar a criação e o fortalecimento de políticas de segurança alimentar. Nunca é demais lembrar que se alimentar adequadamente é um direito básico de todas as pessoas. No Brasil, a Lei de Segurança Alimentar, apoiada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e os Conseas locais, é a base para a garantia desse direito.

Também é importante ressaltar que o direito à alimentação não significa apenas entregar comida. Às vezes, isso é essencial, mas o direito só está realmente assegurado quando as pessoas podem satisfazer sozinhas suas necessidades nutricionais básicas. Daí a importância de se trabalhar o que a FAO chama de twin-track approach, um enfoque de duas vias: aliar ações de curto prazo com outras de médio e longo prazos para combater a fome e garantir a segurança alimentar. O Fome Zero é um exemplo de uma estratégia que trabalha nesse sentido, onde ações de curto, médio e longo prazos se complementam.

O trabalho da FAO na região também utiliza o twin-track approach. Através da Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome, por exemplo, apoiamos governos em suas políticas para avançar e fortalecer marcos jurídicos que promovam o direito à alimentação. A FAO também atua no curto prazo e lançou uma iniciativa para enfrentar a alta dos preços dos alimentos (ISFP, na sigla em inglês) para estimular a produção da agricultura familiar no curto prazo. A ISFP enfoca os países mais vulneráveis à alta dos preços dos alimentos que, basicamente, são países pobres e importadores natos de alimentos. Cerca de 80 projetos no âmbito do ISFP já estão em andamento em 54 países, 15 deles da América Latina e Caribe. No total, os investimentos do ISFP já ultrapassam os US\$50 milhões.

No caso da nossa região, cabe ressaltar que, em geral, o problema da segurança alimentar não está na disponibilidade de alimentos, mas no acesso. Josué de Castro, (o célebre autor do clássico Geografia da Fome) cujo centenário comemoramos em cinco de setembro, dizia que a fome era a expressão biológica de males sociológicos. Nenhuma região demonstra isso com maior clareza que a América Latina e Caribe. Segundo dados da FAO, no período de 2002-2004, o índice de oferta de energia alimentar per capita da região superava em 31% o mínimo necessário para satisfazer as necessidades nutricionais de toda a população. Há alimentos suficientes, o que falta é renda para comprá-los.

Embora sejamos uma região exportadora de alimentos, a FAO estima que ainda temos mais de 52 milhões de pessoas passando fome. Por isso, na América Latina e Caribe, a garantia da segurança alimentar está relacionada com o crescimento econômico, à maior geração de trabalho e de renda. Ressalto que a solução não é exportar menos. Pelo contrário, a agropecuária é um dos principais motores do crescimento latino-americano. O que falta é uma melhor distribuição de renda.

Em relação à contribuição brasileira, ela pode acontecer em várias áreas. O Brasil pode aumentar a cooperação Sul-Sul prestada a outros países na área de segurança alimentar, compartilhando sua experiência, por exemplo, com o Fome Zero, e na criação de um marco jurídico para garantir o direito à alimentação.

>>>>>

## **A produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar do Brasil**

[ **Zé Dirceu** ] Quais as consequências da política de expansão do etanol brasileiro? Como você responde à crítica de especialistas internacionais, de que a expansão se dá em detrimento da produção de alimentos?

[ **José Graziano** ] Não há verdades absolutas em relação aos biocombustíveis. O impacto sobre a segurança alimentar, mudança climática e a própria viabilidade da produção sustentável de biocombustíveis varia de país a país e da matéria prima utilizada. No caso brasileiro, a produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar. O Brasil já produz alimentos suficientes para alimentar sua população e já é um dos principais exportadores agropecuários do mundo. Hoje, o maior impacto dos biocombustíveis sobre a segurança alimentar se dá, basicamente, na utilização do milho para a produção de etanol nos Estados Unidos e de oleaginosas para a produção de biodiesel na Europa. Segundo estimativas da FAO, cerca de 100 milhões de toneladas de grãos (de um total de quase 2,2 bilhões de toneladas), principalmente milho, estão sendo utilizados anualmente na produção de biocombustíveis.

Outro aspecto importante a considerar é que embora os benefícios da produção e uso dos biocombustíveis sejam um fato, seus impactos são globais. O exemplo norte-americano é o mais óbvio. A opção pelo etanol foi uma decisão política do governo norte-americano para reduzir a dependência da importação de petróleo e promover o uso de fontes renováveis de energia. No entanto, os Estados Unidos são os maiores exportadores mundiais de milho e ao aumentar a quantidade destinada ao consumo pressiona o preço internacional do produto.

Para evitar que a decisão política de um país – uma decisão soberana, diga-se de passagem – afete a segurança alimentar mundial, a FAO defende a criação de um marco regulador internacional que garanta a produção sustentável de biocombustíveis. Esse foi um dos temas que a FAO colocou em discussão na Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar, realizada em junho deste ano, na Itália (veja o documento preparado pela FAO para a Conferência).

Como eu disse, não há verdades absolutas. Se a produção de biocombustíveis vai favorecer ou prejudicar a segurança alimentar, depende de vários fatores. Voltando ao caso da América Latina e Caribe, o problema de segurança alimentar na região está ligado ao acesso e não a disponibilidade de comida. Produzir biocombustíveis, portanto, é uma oportunidade para incrementar a renda de agricultores familiares. Isso acontece, principalmente, na América do Sul. O Brasil, por exemplo, tem incentivado a participação da agricultura familiar na produção do biodiesel através do Selo Social.

Se olharmos a situação na América Central, a realidade é outra. Lá, a maioria dos países depende da importação de alimentos, principalmente milho dos Estados Unidos, e não tem terras em quantidade suficiente para aumentar significativamente sua produção. Para esses países, os biocombustíveis apresentam um risco.

**Hoje, combater a fome é um dever do Estado brasileiro.**

[ **Zé Dirceu** ] Como um dos principais elaboradores do programa Fome Zero, como você avalia o programa hoje? E como recebe as críticas daqueles que insistem em chamá-lo de um projeto assistencialista, que não muda a realidade dos beneficiários?

[ **José Graziano** ] O Fome Zero busca atender às necessidades imediatas das famílias mais pobres ao mesmo tempo em que cria condições para que elas possam alimentar-se sozinhas no futuro. Quando o programa foi lançado em 2003, houve muita expectativa. A verdade é que o Estado brasileiro ainda não tinha a institucionalidade necessária para enfrentar de frente o problema da fome. Hoje, o Fome Zero tem uma sólida base jurídica: a Lei de Segurança Alimentar. Quer dizer, combater a fome já não depende mais da vontade política de um governo de turno, é um dever do Estado brasileiro. Nos últimos anos o Brasil avançou muito nessa área, mas ainda restam muitos desafios. Entre eles, aumentar o acesso à educação e saúde e melhorar a qualidade do serviço público.

Esse é um desafio que não é só brasileiro, mas de todos os países em desenvolvimento. Tomemos o caso do México, por exemplo, que tem um programa de transferência condicionada de renda que se chama Oportunidades. Em seminário realizado no Escritório Regional da FAO sobre este tema em dezembro de 2007, a representante mexicana contou que o Oportunidades ainda não atingia todas as famílias mais pobres porque nas zonas em que elas viviam não havia serviços públicos de saúde e educação. Quer dizer, não podiam exigir a contrapartida de assistência escolar e acompanhamento médico porque não tinham como garantir a oferta de serviços requerida para isso. Nesse sentido, os programas de transferência de renda também podem estimular o Estado a ampliar o alcance de sua rede de serviços.

>>>>>>

## O principal desafio é garantir segurança alimentar a nível local

[ **Zé Dirceu** ] Quais os principais desafios da segurança alimentar, hoje, no Brasil?

[ **José Graziano** ] A segurança alimentar é a garantia de que todas as pessoas terão acesso a alimentos inócuos (alimentos livres de contaminação biológica) em quantidade suficiente para satisfazer suas necessidades nutricionais. Assegurar o direito à alimentação é o ponto de partida para romper o ciclo da pobreza. Não é à toa que a primeira Meta do Milênio é enfrentar a fome no mundo. Uma pessoa com fome produz menos. Uma criança com fome aprende menos. Combater a fome é o primeiro elo de uma engrenagem que depois ajuda a alcançar as outras metas.

O principal desafio, hoje, no Brasil é garantir a segurança alimentar a nível local. A base jurídica e institucional para isso já está criada e a articulação entre os três níveis de governo e a interação com atores não governamentais facilita esse processo que, se traduz, na prática em políticas que incentivam a produção local de alimentos. O governo pode e tem desempenhado um papel importante nisso através de ações como a compra governamental de produtos da agricultura familiar. Essas são medidas que geram um impacto positivo e que podem ser ampliadas, como está proposto no Projeto de Lei de Alimentação Escolar em tramitação no Congresso. Além de propor a ampliação da merenda escolar aos alunos do ensino médio, essa lei privilegia a compra de produtos da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

[ **Zé Dirceu** ] Em artigo numa das mais recentes edições da revista Teoria e Debate da Fundação Perseu Abramo, do PT, você afirma que uma verdadeira segurança alimentar implica em uma revisão profunda do modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países latino-americanos. De forma geral, como está a América Latina em termos dessa questão de segurança alimentar e quais os entraves para essa revisão?

[ **José Graziano** ] Por causa do aumento dos preços dos alimentos, a questão da fome está recolocada hoje na agenda global. A gravidade do problema faz com que a maioria das ações que lançadas agora se concentre no curto prazo. Mas essa é também uma oportunidade para avançarmos na criação de marcos legais que promovam a segurança alimentar e, nesse quesito, a região da América Latina e Caribe se destaca. Vários países têm leis de segurança alimentar e programas que ao mesmo tempo incentivam a produção e o consumo de alimentos. Isso é um avanço que precisa ser reconhecido.

Agora, a crise também demonstrou as limitações da dependência excessiva na importação de alimentos. Com manter estoques físicos de alimentos é uma operação complexa e cara, muitos países foram convencidos que era mais fácil e barato comprar alimentos no mercado internacional. Em muitos casos isso era verdade, já que a política de subsídios agrícolas em países desenvolvidos frequentemente inviabilizava a produção local (nos menos desenvolvidos) de alimentos. Por isso, muitos países deixaram de lado a agricultura. Em nível mundial, investimentos em agricultura também caíram: entre 1980 e 2005 a ajuda internacional à agricultura diminuiu quase 60%.

### É preciso repensar o sistema alimentar mundial

Muitos pensavam que a questão do abastecimento mundial de alimentos estivesse resolvida, embora ainda houvesse mais de 800 milhões de pessoas com fome no mundo. Aí veio a crise atual, onde o aumento dos preços dos alimentos dificultou ainda mais o acesso a eles. Apesar de que o problema da fome já estava no horizonte há muito tempo - a FAO, por exemplo, convocou cúpulas mundiais sobre o tema em 1996 e 2002 sobre essa questão. No entanto, parece que fomos pegos de surpresa.

Essa crise mostra que é preciso repensar o sistema alimentar mundial. Os países podem e precisam, tanto quanto e como for possível, reduzir sua dependência na importação de alimentos. Obviamente, nem todos os países têm condições de produzir todos os alimentos que consomem nas quantidades necessárias, mas todos podem produzir mais. A redução da dependência também envolve resgatar produtos tradicionais e originários da própria região e a substituição de alimentos. Por exemplo, a batata é originária da região andina e é um produto muito pouco consumido no Peru. No Brasil temos o exemplo da mandioca, que é uma fonte importante de energia alimentar cujo consumo pode ser aumentado. Existem vários exemplos, o ponto é que é possível incluir na dieta alimentos facilmente produzidos nos países da região e reduzir o consumo de alimentos importados. Para potencializar a substituição, é importante que ela seja acompanhada de um programa de educação alimentar para evitar o risco de sua substituição ocorra por um produto com menor valor nutritivo. >>>>

[ **Zé Dirceu** ] Incentivar a agricultura familiar pode ser um dos caminhos para o combate à crise de alimentos ou é insuficiente diante da urgência e da demanda?

[ **José Graziano** ] Segundo dados de 2007 da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), quase 30% dos indigentes da América Latina vivem em áreas rurais. Isso corresponde a cerca de 36 milhões de um total de 71 milhões de indigentes na região. Para eles, a alta dos preços pode ser uma ameaça ou uma oportunidade.

Apoiar a agricultura familiar é fundamental para garantir a segurança alimentar na América Latina. É preciso que a agricultura familiar deixe de ser vista como parte do problema para ser parte da solução. Por muitos anos, as famílias rurais mais pobres vinham sendo objeto, principalmente, de programas de corte social. Embora isso seja importante, é preciso também potencializar seu potencial produtivo.



Um trabalho conjunto realizado pela FAO e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2007 (Políticas para a Agricultura Familiar na América Latina e no Caribe ) mostra o peso da agricultura familiar no Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Nicarágua. Segundo os dados disponíveis, nesses seis países, a agricultura familiar representa entre 57% (Chile e Colômbia) e 77% (Brasil) do total de empregos agrícolas. No entanto, a participação no valor da produção agrícola é bem menor. Na média, em todos os países a participação está entre 27% (Chile) a 45% (Equador), com exceção da Nicarágua (67%).

Isso demonstra a importância da agricultura familiar na geração de emprego e a brecha de produtividade em comparação com o agronegócio. Portanto, a agricultura familiar precisa ser parte da solução para a questão da segurança alimentar e o modo de fazer isso é aumentar sua produtividade. Além das tradicionais políticas de apoio à produção, crédito e capacitação, precisamos investir numa nova família de políticas agrícolas que garantam à agricultura familiar um mercado maior para os seus produtos. Garantia de mercado é um incentivo à produção e pode ser feito através do reforço de programas de compras governamentais e participação da agricultura familiar em cadeias produtivas de maior valor, como é o caso do biodiesel.

### **O desafio é dinamizar a agricultura familiar**

[ **Zé Dirceu** ] Como integrante da representação regional da FAO para América Latina e Caribe, quais as prioridades e ações da entidade para a região, especialmente para o Brasil?

[ **José Graziano** ] A FAO promoveu em abril deste ano, em Brasília, sua 30ª Conferência Regional. Este é o momento em que os países da região discutem as prioridades para a atuação da organização na América Latina e Caribe. O encontro definiu seis áreas de trabalho prioritárias: segurança alimentar, luta contra a fome e alta dos preços agrícolas; políticas de desenvolvimento rural, acesso a recursos e promoção da agricultura familiar e emprego rural; bioenergia; doenças transfronteiriças; sanidade agropecuária, inocuidade de alimentos, agricultura urbana e peri-urbana; e sustentabilidade e meio ambiente (mais informações no site do Escritório Regional da FAO para América Latina e Caribe)

Além dessas seis áreas prioritárias, dois temas serão tratados de forma transversal: a cooperação Sul-Sul, com atenção especial ao desenvolvimento da capacidade dos países para enfrentar emergências, e o enfoque de gênero para promover um desenvolvimento sustentável.

As prioridades da FAO têm um foco na segurança alimentar, na busca de alternativas de desenvolvimento rural que sejam inclusivas e sustentáveis e no apoio à produção de alimentos inócuos. Elas demonstram bem as duas realidades que existem no meio rural da América Latina e Caribe: um dinâmico setor agropecuário voltado à exportação e uma agricultura familiar que, em geral, não tem a mesma produtividade. Isso resulta em dois paradoxos: a persistência da fome rural e desnutrição crônica infantil apesar de uma produção suficiente de alimentos; e os altos níveis de pobreza rural, apesar do dinâmico crescimento da economia e da agricultura.

O desafio é como fazer o dinamismo do setor exportador chegue também à agricultura familiar, que é o setor que precisa de mais apoio para aumentar sua produtividade, competitividade e para chegar aos mercados. Isso não significa que a FAO não trabalhe também para fortalecer o setor exportador. Pelo contrário, o combate às doenças transfronteiriças, por exemplo, é um componente importante do nosso plano de trabalho já que o crescimento da exportação agropecuária regional em boa parte depende disso.

## A oferta de cereais será suficiente para atender à demanda

[ **Zé Dirceu** ] Relatório recente divulgado pela FAO estima que a produção global de cereais será recorde este ano - 2,18 bilhões de toneladas, um aumento de quase 3% em relação ao ano passado. Confirmado esse recorde, você vê a possibilidade real de redução de preços dos alimentos? Esse crescimento é o esperado ou é pequeno comparado às necessidades do cenário atual?

[ **José Graziano** ] As estimativas mais recentes indicam um crescimento da produção de cereais de 2,8% e do consumo em 1,9%. Quer dizer, a oferta será suficiente para atender à demanda e não será necessário usar os estoques. Isso permitirá uma pequena recuperação das reservas, que devem subir em 1,1%. É uma boa notícia, mas é importante lembrar que eles seguem em níveis muito baixos.

Se as estimativas de produção se confirmarem, a tendência é que os preços não continuem subindo. Isso não significa que os preços voltarão a cair aos patamares de alguns anos atrás. A expectativa da FAO é que os preços se estabilizem próximo ao nível atual. Ou seja, os preços vão parar de subir, mas os alimentos vão continuar caros (veja este documento conjunto FAO-OCDE sobre as perspectivas agrícolas para 2008-2017). A questão é o que fazer. Uma vez que essa crise estiver superada, não podemos baixar a guarda outra vez. Políticas de combate à fome e de promoção da segurança alimentar devem ser permanentes e o desenvolvimento rural inclusivo deve ser um tema constante no desenho das políticas públicas agrícolas.

Também é importante chegar a um acordo em relação aos subsídios às exportações dos países desenvolvidos para que a produção agrícola dos países mais pobres tenha chance de se tornar viável. Nesse sentido, a FAO lamenta que as negociações mais recentes para concluir a mais recente Rodada Doha não tenham tido sucesso, mas mantemos a esperança de que os países cheguem a um acordo no futuro.

## Diga "Não" ao Projeto de Censura na Internet

Pelo veto ao projeto de cibercrimes - Em defesa da liberdade e do progresso do conhecimento na Internet Brasileira.

O Senado brasileiro aprovou na noite de 09 de Julho passada um projeto de autoria do senador tucano Eduardo Azeredo que tipifica crimes na Internet. Mal formulado e com intenções não muito claras, o Projeto torna inviável a livre atividade na internet. Está circulando uma petição dirigida à Câmara dos Deputados para onde o projeto foi encaminhado para exame, pedindo aos deputados federais que vetem o projeto. Transcrevemos abaixo trecho dessa petição porque consideramos fundamental a liberdade na internet principalmente em nossa situação em que os meios de comunicação estão nas mãos de poucos e com interesses contrários aos nossos.

"Um projeto de Lei do Senado brasileiro quer bloquear as práticas criativas e atacar a Internet, enrijecendo todas as convenções do direito autoral. O Substitutivo do Senador Eduardo Azeredo quer bloquear o uso de redes P2P, quer liquidar com o avanço das redes de conexão abertas (Wi-Fi) e quer exigir que todos os provedores de acesso à Internet se tornem delatores de seus usuários, colocando cada um como provável criminoso.

E o reino da suspeita, do medo e da quebra da neutralidade da rede. Caso o projeto Substitutivo do Senador Azeredo seja aprovado, milhares de internautas serão transformados, de um dia para outro, em criminosos. Dezenas de atividades criativas serão consideradas criminosas pelo artigo 285-B do projeto em questão. Esse projeto é uma séria ameaça à diversidade da rede, às possibilidades recombinantes, além de instaurar o medo e a vigilância"



**Assine a petição online em [Pelo veto ao projeto de cibercrimes - Em defesa da liberdade e do progresso do conhecimento na Internet Brasileira](#)**